



# Anais da Assembléia

Nº 67

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 98ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1975

(QUARTA -- FEIRA)

Presidência do Sr Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leo-poldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Feder-mann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nach, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48), achando-se ausentes os Srs Deputados Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Jayme Rodrigues de Carvalho, Lineu Turra, Nilso Sguarezzi e Ivan Ruppel (6)

Verificada a existência de número legal, o Sr Presidente declara aberta a sessão

destinada a apreciação de vetos governamentais

#### O SR PRESIDENTE

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

#### O SR 2º SECRETÁRIO

procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

#### O SR PRESIDENTE

Não há expediente a ser lido.

Passa-se a

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição N. 76/75, Veto aposto ao Projeto de Lei N. 406/68, de autoria do Sr Deputado Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo criar um Posto Agropecuário, com Patula Mecanizada e Laboratório de Análises, na sede do município de Cascavel.

Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto.

Encerrada a discussão Em votação.

Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Esta Presidência comunica a presença na Casa do Dr. Arol-do José Moleta, Coordenador Geral do Incra e convida os Srs. Deputados a comparecerem ao salão para cumprimentar S. Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 19, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA,

## DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição Nº 77/75.

Fica marcada ainda, uma sessão extraordinária, para sexta-feira, dia 20, às 9,30 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA,

## DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição Nº 78/75

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1975

(QUARTA - FEIRA).

Presidência do Sr Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Otássio Pereira.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leo-poldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Feder-mann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nach, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Jayme Rodrigues de Carvalho, Lineu Turra, Nilso Sguarezzi e Ivan Ruppel. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr Presidente declara aberta a presente

#### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nos-sos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO procede à leitura da ata da sessão an-terior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

#### E X P E D I E N T E

#### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserido em Ata um voto de pesar pelo passamento do Sr ARNALDO FLES-TLER, industrial, residente no município de Mariópolis.

Outrossim, solicita, se aprovado o presente, seja dado conhecimento à família do extinto.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o plenário, requer o registro na Ata dos trabalhos de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. CONSTANCIA KUCHENE.

Remanescente a tradicional família, a veneranda Sra. que

para tristeza de toda comunidade iratiense, desaparece aos 67 anos de idade, deixa inconsoláveis suas filhas Lílissa Smoger e Lídia Cagubek e toda sua numerosa família.

Requer ainda uma vez aprovado o presente, dê-se ciência aos seus genros:

Ernesto Oto Smoger - Irati.

Antonio Cagubek - Irati.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. FRANCISCO BORSARI NETO, MD. Secretário de Estado de Negócios da Educação e Cultura, no sentido de que seja criado na Comarca de Assis Chateaubriand, o Curso Científico para funcionamento a partir do próximo ano letivo.

### JUSTIFICATIVA:

O pedido é justificável pelo elevado número de alunos que concluindo o ginásio e pretendendo cursar o científico para futuramente prestar vestibular para medicina, engenharia, farmácia, Bioquímica, vê-se na contingência de frequentar a Escola Normal ou colegial, sendo portanto desviados de suas aspirações.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975.

a) EDILSON ALENCAR.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, sugerindo a divulgação por parte dos órgãos de identificação do interior, bem como através das Prefeituras Municipais, do regulamento para aquisição pelos portugueses residentes no Brasil, dos direitos e obrigações previstos no Estatuto de Igualdade, aprovado pelo Decreto Legislativo 82, de 24 de novembro de 1971, e promulgado pelo Decreto 70.391, de 12 de abril de 1972.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975.

a) ANTONIO FACCI.

### JUSTIFICATIVA:

Estabelecem os diplomas legais acima citados, as condições para que possam os portugueses, residentes há mais de cinco anos no Brasil, adquirir direitos de igualdade civis e políticos.

É sabido que o português residente no Brasil pode utilizar três opções:

1 - Continuar como estrangeiro com a carteira modelo 19 ou substituto válido;

2 - Pode naturalizar-se, invocando o Decreto Lei nº 941, regulamentado pelo Decreto Lei 66, de 11.07.70; e

3 - Pode escolher o Estatuto de Igualdade.

Situações idênticas podem ocorrer com o brasileiro em Portugal.

O Decreto 70.436, de 18.04.72, regulamenta a aquisição pelos portugueses no Brasil, dos direitos e obrigações previstos no Estatuto de Igualdade e dá outras providências, e de início, parece relativamente fácil a aquisição de igualdade, pois seu Art. 3º estabelece como requisitos dos direitos civis e políticos:

I - residência no território brasileiro pelo prazo de cinco anos;

II - saber ler e escrever português;

III - estar no gozo dos direitos políticos no Estado da nacionalidade.

Estabelecem também, os Art. 5º e 6º do mesmo Decreto, qual a documentação necessária, para a aquisição da referida igualdade e estão assim redigidas:

Art. 5º - Para adquirir a igualdade de direitos e obrigações civis dos direitos políticos, o português dirigirá petição ao Ministro da Justiça, declarando nome por extenso, filiação, nacionalidade, nacionalidade, profissão, estado civil, dia, mês e ano de nascimento.

Art. 6º - A petição assinada pelo requerente ou por mandatário com poderes especiais, será instruída com:

I - Cédula de Identidade de estrangeiro;

II - Certidão consular de nacionalidade, expedida em data recente, de que conste o fim a que se destina;

III - atestado policial de residência no Brasil pelo prazo mínimo de cinco anos, bem como da inexistência de antecedentes criminais;

IV - certidão consular de estar no gozo dos direitos políticos no Estado da nacionalidade;

V - documento que prove saber ler e escrever o português.

§ 1º - Se o requerente limitar o pedido ao reconhecimento da igualdade dos direitos e obrigações civis ficará dispensado da exibição dos documentos mencionados nos números IV e V, exigindo-se-lhe quanto ao documento referido no número III, apenas prova de residência no Brasil.

§ 2º - Nos Estados e Territórios poderá a petição ser encaminhada através dos órgãos federais ou estaduais encarregados do registro de estrangeiros ou da Prefeitura Municipal em que tiver domicílio o requerente.

Da relativa facilidade apresentada de início, visto que a documentação exigida não oferece grande dificuldade para sua aquisição, esbarram os nossos irmãos portugueses, na dificuldade maior: a desinformação.

Temos, por nossa vivência no interior do Estado, contato com dezenas de portugueses que desejam adquirir direitos políticos. Sabem da existência da lei que os protege, mas não encontram repartição alguma que conheça com detalhes o processo, e permanecem como estrangeiros, mesmo desejosos de participar de nossa vida política. A maioria dos portugueses residentes em nosso País, fazem opção pelos direitos de igualdade, embora sabendo que podem naturalizar-se.

Nada mais justo, portanto, o Governo do Estado e a Associação Paranaense dos Municípios, através do trabalho de divulgação e esclarecimento dar oportunidade àqueles que, como disse, desejosos de participar e já vivendo no Brasil, há longos anos, se revistam dos direitos e obrigações de igualdade que lhes foi conferido pelos referidos dispositivos em vigor.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença neste plenário, do Dr. Cláudio Almeida e Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina, e Naym Libos, Vereador da mesma Câmara.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jurandir Messias.

(Pausa).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Accioly Netto.

O SR. ACCIOLY NETTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em face da notícia veiculada pela imprensa no dia de hoje anunciando provável rompimento de relações pessoais entre o Presidente do Diretório Regional da ARENA, e o Sr. Governador do Estado, solicito-nos o Senador Accioly Filho que, perante esta Casa e perante o povo paranaense, fizesse o seguinte esclarecimento: (Lê):

"Procurado ontem (terça-feira) em Brasília, pelo telefone, por jornalistas, esclareci ser inteiramente destituída de veracidade

de a notícia de rompimento de minhas relações pessoais com o Governador Jayme Canet Junior.

A circunstância de ser pouco frequente a minha ida ao Palácio nada indicia, pois não só sempre foi dos meus hábitos a infrequência palaciana, como também a esse hábito se somou nos últimos dois meses as minhas idas continuadas de fim de semana ao interior intercalando as viagens a Brasília.

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o esclarecimento que me cabia fazer nesta tribuna. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. É do nosso entendimento que se pratica uma incongruência nos exames psicotécnicos que são exigidos para motoristas amadores.

O Código Nacional de Trânsito prevê a obrigatoriedade desse exame para motorista profissional. No entanto, aquele artigo em que é taxativo, é obrigatório, é indispensável o exame para profissionais, no seu parágrafo 1º, diz que é facultado ao DETRAN mandar fazer ou não o psicotécnico para amadores, e o DETRAN no caso de entender que deve ser feito, deveria fazer pelo próprio DETRAN, se ele tivesse infraestrutura, se tivesse condições operacionais para fazer esse relatório.

É notório e sabido que o DETRAN não possui essas condições, e, não possuindo, o faz através de um convênio com uma entidade particular, que carrega um mundo de dinheiro para seus cofres, fazendo com que motoristas amadores, que por 20, 25 anos, dirigiram seus veículos sem jamais terem provocado um exame, sejam compelidos a fazer um exame 3, 4 ou 5 vezes, sendo reprovados.

E aqueles que voltam para fazer novo exame, têm que pagar nova taxa para conseguirem ser aprovados.

Houve um caso com um motorista profissional desta Casa. Ele fez o psicotécnico e foi reprovado. Tem 24 anos de serviço prestados à Assembléia como motorista. Evidentemente, ele requereu sua aposentadoria. Tão logo o DETRAN soube dessa ocorrência, sem que o motorista tivesse feito novo exame, foi lhe entregue um psicotécnico, onde estava aprovado.

E mais um detalhe, apenas 2 Estados, Paraná e Guanabara exigem esse exame. São Paulo iniciou, viu a impraticabilidade e suspendeu.

Estamos fazendo um requerimento, endereçado ao Sr. Secretário de Segurança, que diz o seguinte. (Lê):  
Senhor Presidente.

O DEPUTADO QUE ESTE SUBSCREVE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, COM BASE NO REGIMENTO INTERNO, APÓS OUVIDO O PLENÁRIO, RESPEITOSAMENTE...

REQUER o encaminhamento de veemente apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de determinações que importem no cancelamento da obrigatoriedade do exame psicotécnico para motorista amador. O apelo encontra ampla justificativa nas próprias disposições da Resolução nº 449, de 17 de fevereiro de 1972, do Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN - que, ao instituir o exame PSICOTÉCNICO, em seu artigo 41, parágrafo primeiro, o estende à categoria de motorista amador, condicionada à extensão ao aparelhamento dos órgãos de trânsito. Sendo fato sabido e notório, que o DETRAN do Paraná não tem condições e aparelhamento para realização do referido exame e não facultando a legislação delegação de poderes ou atribuições, afigura-se como ilegal e coercitiva a deliberação que outorgou atribuições a uma entidade particular para efetivação de EXAME PSICOTÉCNICO. Acresce que o procedimento, além de representar uma evasão de rendas, constitui favorecimento ilegal e odioso, pela discriminação, em detrimento de outras entidades. Nestas condições, a exemplo das medidas adotadas no Estado de São

Paulo, e em outros Estados da Federação, o cancelamento, substanciado no apelo, deverá ser determinado, a fim de que a administração pública estadual não se faça merecedora de acerbas críticas.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975.  
a) NELSON BUFFARA.

Nós, vez por outra, nos dirigimos ao Departamento de Exames Psicotécnicos e verificamos a insatisfação das partes que procuram aquele órgão para submeterem-se a certos exames. Além do rigor excessivo dos exames psicotécnicos dessa entidade particular, eles não têm a mínima consideração para com as partes que os procuram.

Este assunto foi focalizado, por várias vezes, na Legislatura anterior, pelo eminente Deputado Antonio Belinatti, que na Câmara Federal continua a criticar este tipo de exame psicotécnico para amadores.

Estamos fazendo este apelo ao Sr. Secretário de Segurança, na certeza que, ouvidos nossos reclamos, a nossa justificativa, por certo S. Exa. determinará o cancelamento do psicotécnico para amadores, prevalecendo apenas para profissionais. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, quinto orador inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lembro-me por ocasião da última eleição, quando recebíamos os resultados eleitorais da cidade de Antonio, tivemos a satisfação de ser o Deputado Estadual mais votado naquela cidade. Entretanto, avaliamos, também, a nossa responsabilidade para com o povo capelista em função da sua confiança.

(Lendo): "Assim sendo, é nosso empenho e nossa vontade, corresponder à confiança demonstrada pela gente da terra de Valle Porto.

Antonina, é uma enorme família, com defeitos e predicados com festas e tristezas, mas com uma grande esperança no seu futuro.

O limo toma conta de sua fonte econômica e transforma num ermo o orgulho de sua condição portuária. Mas mesmo assim, seus filhos não aceitam essa marginalização e gritam denunciando os culpados, mesmo que o eco da denúncia se transforme num gemido que os responsáveis teimam em ignorar.

Fala-se em turismo, soluções industriais, agro-pecuária, em tantas formas de resolver o problema econômico de Antonina.

Estranhamente, não se fala em porto que é a solução real, imediata e objetiva.

Estranho e confuso, num instante de tanto desenvolvimento ver uma cidade tão tradicional e que já foi um grande Porto desta Nação, o quarto procedido de Santos, Rio e Salvador, estar sendo completamente ignorado, enquanto o Porto vizinho de Paranaguá, floresce e transborda na sua capacidade de exportação e importação.

Não se explica, de maneira nenhuma, essa discriminação contra uma terra que tem todas as responsabilidades de ser o segundo Porto de nosso Estado.

Falamos em Antonina, pelos desempregados, pelos estivadores, pelo povo de uma cidade, que ao longo de sua história firmou a sua estrutura econômica no movimento que decorria da entrada e saída de navios.

Desejamos falar contra aqueles que pretendem transformar uma cidade ordeira, num símbolo de subdesenvolvimento, quando vemos por toda parte, uma euforia desenvolvimentista.

Não se sacrifica tanta gente, pelo simples fato de uma afetação partidária ou quem sabe, pela teimosia técnica de quem nada sabe de prático.

Agora, nos contrapomos pela evidência. Após meses e meses, nos últimos dias, o Porto voltou a funcionar. Entraram navios com carga e saíram carregados.

Sem nenhuma aparelhagem, com sua bacia de evolução

por dragar com um diminuto cais de atracação, assim mesmo o Porto funciona.

Vejam, Srs. Deputados, nessas condições, Antonina está mostrando que ainda é Porto.

Queremos, neste instante, solicitar ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, para que seja pelo Governo do Estado, como concessionário do Porto, definida uma política portuária, para Antonina. O Porto de Antonina, o povo antoninense, não pode viver na incerteza, dependendo apenas da boa vontade de alguns exportadores e importadores.

Antonina já é credora de nosso Estado, cidade matriz, cidade que ajudou a criar cidades, não pode continuar a viver como que encolhida ao pudor de suas próprias necessidades. Que o Governo manifeste seu interesse em acionar o segundo Porto do nosso Estado, é o mínimo que podemos fazer por este município cheio de tradições pioneiras no comércio marítimo.

Mas é importante também, que se saiba que o povo antoninense não deseja ficar debruçado no passivo de suas tradições, evocando dias idos — o que todos desejam — e nós procuramos interpretar, é a vontade de, pelo trabalho, poder participar da grandeza da Pátria comum.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, quinto orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando falamos nesta Casa que muitos escolares, neste nosso Paraná é tão fértil vão à escola apenas em busca da merenda escolar, nos acusaram de falar em fome com o sentido de confundir a opinião pública, de criar problemas para o Governo do Estado.

Para estes céticos, a palavra fome não pode existir no dicionário deste País tão rico, nesta terra de palmeiras, onde canta o sabiá, onde a terra é tão fértil que tudo, em se plantando dá.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que Pero Vaz de Caminha, a escrever a seu Rei, em Portugal, quando tinha o seu primeiro contato com a terra brasileira, poderia prever que neste País tão rico, nesta terra tão fértil, viveria, alguns séculos mais tarde um povo tão triste, com crianças passando fome à sombra de ricos cafezais, com homens chorando diante de ricos campos de algodão, a frustração de ver o fruto do seu trabalho sem mercado e sem preço?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de que nos acusem de demagogos, de céticos, de pessimistas, queremos ler para os Srs. um pequeno trecho de uma reportagem publicada no último dia 15 de junho, no jornal Panorama, da cidade de Londrina:

"Em Londrina existem 135 mil crianças na idade de 0 a 14 anos, deste total, 80 mil estão em completo estado de desnutrição, 40 por cento dos lactantes, 54 por cento dos pré-escolares e 70 por cento dos escolares londrinenses estão completamente subnutridos".

Foi o que afirmo ontem em entrevista o Secretário de Saúde e Promoção Social, José Carlos Guitti, confirmando o que já havia dito no dia anterior, na Câmara, quando apresentara os resultados do "Diagnóstico Nutricional do Município", elaborado por sua Secretaria.

Como se pode pensar em desenvolvimento, em potencialidade de trabalho ou de estudo, com uma população nestas condições?

Isto sem contar com a limitação intelectual, que prejudicará sua vida desde o período escolar: até os quatro anos a subnutrição pode provocar sérias deficiências mentais".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se em Londrina uma das cidades de melhor renda per capita, por ter uma economia agro-industrial, já consolidada são

tão altos os índices de desnutrição, como estarão as crianças das regiões mais pobres do Estado?

Como estarão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as crianças das favelas de Curitiba, enormes populações, às margens da BR-116, no Prado Velho, às margens do rio Belém? Como estarão, Srs. aquelas crianças que perambulam pelas ruas de Curitiba, vivendo da caridade pública; aquelas crianças que são levadas ao colo por pedinte, na tentativa de comover a opinião pública e de conseguir melhor rendimento para a sua atividade marginal.

Estamos vindo a esta tribuna hoje, alarmados com os índices de desnutrição da cidade, onde fomos ~~versadores~~ tantos anos, e onde ~~sempre~~ encontramos, para as denúncias que fazíamos, o ceticismo dos que nos acusavam de fazer demagogia com a miséria do povo. Esta mesma miséria, que hoje nos traz à tribuna desta Casa, para apelar às autoridades deste Estado, principalmente ao ilustre Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Sr. Dr. Arnaldo Busato, para que se inicie neste Estado a luta contra a desnutrição, com a mesma intensidade das campanhas de vacinação em massa, tão bem planejadas e executadas neste Estado.

Está registrado nesta Casa, este nosso apelo, esta nossa advertência.

As soluções precisam ser encontradas, com a união de todos os que têm parcelas de responsabilidades neste Estado, para que as crianças do Paraná não sejam transformadas, num amanhã tão próximo, na maioria infelicitada pela fome, marcada pela desnutrição, impotenciada para fazer parte da mão-de-obra que vamos precisar para alcançar a nossa potencialidade industrial. Que o Milagre Brasileiro, tão decantado pelos adulares do Poder chegue até às crianças de nosso Estado, e transformem as estatísticas como as que lemos aqui, de Londrina, em números positivos para nós que nos orgulhamos do Paraná. Pois, a situação de nossas crianças, é algo que lamentavelmente nos envergonha, porque estamos assistindo a desagregação da potencialidade humana do nosso futuro.

São estas as nossas palavras que gostaríamos de falar no dia de hoje a respeito da fome que aí está, principalmente dos humildes, das criancinhas que estarão em futuro próximo dirigindo esta Nação. E nós fazemos mais um pedido nesta Casa, um apelo ao Sr. Arnaldo Busato, que iniciou recentemente uma campanha, da mesma maneira que está realizando contra a meningite que realize uma campanha em favor destas nossas crianças.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, sexto orador inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, temos o prazer de apresentar o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ciência e anuência do plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário dos Transportes, para que seja estudado a viabilidade de um convênio entre o DER e as Prefeituras de União da Vitória, Paula Freitas, Cruz Machado, Paulo Frontin, Bituruna, General Carneiro, Mallet, Palmas, Porto Vitória, para a conservação e melhorias das ESTRADAS DA REGIÃO SUL.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitando esta oportunidade de nossa presença na tribuna nesta tarde, queremos nesta hora como político e como esta Casa é uma casa do povo, é uma casa política, aproveitar a oportunidade para, neste instante, onde está sendo organizado e reestruturado os Diretórios do MDB e da ARENA no Paraná, aproveitando a oportunidade da passagem por esta cidade, do Deputado Federal Nelson Maculan, que nos visitou na tarde de ontem, de lançar o seu nome à Presidência do Diretório Regional do MDB.

Com o nosso pensamento, não queremos menosprezar nem

um de nossos companheiros. Porisso, fica aqui o nosso apelo aos nobres companheiros do MDB, para que dêem o seu apoio à candidatura do Sr. Nelson Maculan à Presidência do Diretório Regional de nosso partido. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados do MDB e três nobres Srs. Deputados da ARENA.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem). Sr. Presidente, segundo me consta não está havendo quorum na Casa para o prosseguimento da sessão. Porisso, requeiro de V. Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Faz a chamada).

Responderam a chamada 22 Srs. Deputados. Há número para o prosseguimento da sessão.

Asseguro a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entre outros motivos que me conduziram a esta tribuna, um deles o faço "oportuna tempora". Recebi, agora pela manhã, uma ligação de Cascavel, comunicando o passamento de uma dessas pessoas que a humanidade realmente sofre grandes prejuízos em se privar da continuidade de sua vida. Uma senhora de 85 anos, de uma lucidez invulgar, deixa a sociedade de Cascavel. E é por este motivo que aproveito, e faço oportuna a minha vinda à tribuna, para prestar à Dona Virgínia Baratter, pioneira gaúcha, que começou com Cascavel ainda no período de mazelas, no período áureo do "bang-bang" da região, sobreviveu e levou a sua família ao ponto mais alto de destaque.

E é por isso que encaminho à Mesa um requerimento, no qual pretendo consignar um voto de pesar pelo falecimento, baseado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer a Vossa Excelência se digne, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja consignado voto de pesar pelo falecimento de Dona VIRGÍNIA BARATTER, ocorrido às 10:00 horas de hoje, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975.

JUSTIFICATIVA:

O nome da família BARATTER está intimamente ligado com o surgimento e a história do Município de Cascavel, onde é reconhecida como pioneira daquela progressista região.

Dona VIRGÍNIA BARATTER era progenitora do Sr. VALÉRIO BARATTER, empresário radicado naquela cidade que sua família ajudou a fundar. Homem de negócios e Vice-Presidente do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro, VALÉRIO BARATTER sente a perda de sua mãe, da mesma maneira que a micro-região de Cascavel lamenta o passamento de pessoa cujo nome e tradição representa algo de si.

Considerando que todo infausto acontecimento ligado à tradição cascavelense representa, igualmente, um doloroso evento para nosso Estado, é esta a principal razão da presente proposição."

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, um outro requerimento, até de certa forma antagônica, cuja súmula é a seguinte: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais, vem respeitosamente requerer, após ouvido o douto plenário, seja consignado um voto de confiança ao Poder Judiciário,

louvando-se a maneira criteriosa adotada na condução dos trabalhos que visam a reestruturação de nossa Organização e Divisão Judiciárias, dando-se ciência, posteriormente, aos Presidentes do Estado e da Douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975.

JUSTIFICATIVA:

A Comissão encarregada dos estudos e elaboração do ante-projeto que trata de reformar a Organização e Divisão Judiciárias do Estado, iniciou seus trabalhos quando o Poder Judiciário tinha à sua frente o saudoso Desembargador EDMUNDO MERCER JÚNIOR e deve entregá-los à apreciação do egrégio Tribunal Pleno, na atual gestão do Presidente HENRIQUE NOGUEIRA DORFMUND.

A organização e Divisão Judiciárias, que envolve toda a estrutura do nosso Poder Judiciário, está sendo elaborada com o cuidado que realmente merece, Fazemos esta afirmação porque, ainda na semana passada, os desembargadores, deixando os Gabinetes de exaustivos trabalhos, enfrentaram as intempéries e precárias vias de acesso tão conhecidas no interior do nosso Estado, com o intuito específico de darem cumprimento ao elevado mister que lhes foi atribuído, aportaram na comarca de Cascavel, da qual somos representantes nesta Casa, além de percorrerem várias outras da região, para examinar "in loco" as reais necessidades atuais e futuras de cada uma.

Desta forma, é de se crer que o Poder Judiciário se dinamiza e se preocupa com sua organização e divisão. o que reflete alta sensibilidade daquela comissão para os problemas da Justiça no Paraná.

A visita dessas autoridades tinha como objetivo específico verificar nos próprios locais a exigência ou não da elevação de uma comarca para entrância superior, a viabilidade de criação ou extinção de cartórios, atendendo ao real interesse da Justiça. enfim, buscavam conhecer os problemas concretos de cada comarca, visando um maior dinamismo do Judiciário, para que no futuro, possa aquele Poder exercer o seu grande atributo no tripé da democracia.

Cumprе salientar, que para possibilitar tal desempenho, com total atenção à alta incumbência que lhes foi confiada, os componentes desse grupo de trabalho contam não só com o apoio da Presidência, Corregedoria e toda a cúpula diretiva do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, mas, também, com a plena participação dos demais integrantes daquela egrégia Corte, a quem cabe manter o ritmo de constante trabalho das Câmaras cíveis e Criminais, e, apresentando, paralelamente, sugestões para a reforma daquele Estatuto.

Esse criterioso trabalho, sendo desenvolvido da forma mais correta como se tem notícia, por certo virá fazer com que o Estado do Paraná edite instrumentos para a Organização e Divisão Judiciárias que os paranaenses aguardam com atenção e interesse.

Desta forma, o empenho inédito da douta Comissão e a sua reconhecida preocupação com o Paraná do futuro, merece o nosso apoio e se credencia para esta louvação."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Recentemente recebemos constantes reclamações e pedidos para que interfiramos junto à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, que tem inclusive cortado a água de quantos já estão em dia com suas contas. Por outro lado, os avisos colocados, muitas vezes em lugares inadequados, não permitem que os usuários possam ter acesso a esses recibos, para efetuar o respectivo pagamento.

Ainda ante-ontem, aconteceu conosco mesmo, depois de estar paga a conta do último mês, que se vencia no dia 12 de junho e foi paga no dia 10, recebíamos em nossa própria casa um representante daquela companhia e na ausência, tanto nossa como de nossa esposa, foram ali e cortaram abruptamente a água. Desconhecendo o problema, adentraram nossa casa, sem nada dizer, sem pedir autorização, sem saber quem ali morava e

cortaram a nossa água e naquele momento entregaram o aviso de que teríamos alguns dias para que essa conta fosse efetuada.

Realmente, não se trata do caso específico de um Deputado, em que a água não estava em nosso nome, mas outras tantas reclamações se somaram à nossa e acreditamos que deve ser de conhecimento da diretoria da empresa, que atitudes arbitrárias estão sendo tomadas. Não posso dar outra interpretação, porque se houvesse outra interpretação, seríamos forçados a interpretar de uma outra forma, de que a direção não tem o controle do organismo que dirige. Então, este o apelo moderado, sensato que fazemos àquela diretoria.

O SR. OSVALDO MACEDO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Aproveitando o assunto que V. Exa. aborda neste instante qual seja o da violação de seu domicílio por funcionários da Saneapar, o que pode ser objeto de apreciação pelo Poder Judiciário, queria aproveitar a ocasião para ponderar que, realmente, o comportamento da SANEAPAR no Paraná está a exigir uma atitude corretiva senão do Governo do Estado, pelo menos desta Assembléia.

Entendo que o corte de fornecimento de água é violação brutal, porque água é vida, sem água não se vive; não se deve e não se poderia admitir em nenhuma hipótese o corte do fornecimento de água. Admito o corte do fornecimento de energia elétrica, admito o corte do sistema telefônico mas não posso admiti-lo no fornecimento de água.

Sei que os tribunais deste País já decidiram, que quando há lei permitindo o corte é legítimo, mas desde que não haja lei permitindo não poderia haver o corte.

É neste sentido que acho que o assunto deverá ser trazido a esta Casa oportunamente e eu o farei.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Se V. Exa. não o fizer eu farei.

O SR. OSVALDO MACEDO – Aproveito a ocasião, apenas, para apontar uma outra atitude da SANEAPAR que, me parece, contraria todas as leis e princípios de Direito e se constitui em verdadeiras agiotagens oficializadas, que é a multa que a SANEAPAR cobra para os pagamentos imptuiais. Para o pagamento no dia seguinte ao vencimento já acresce em 10 por cento, quando o juro legal é meio por cento ao ano. Está se oficializando no Estado do Paraná a agiotagem não só com relação à SANEAPAR, mas também com relação ao imposto de circulação de mercadorias, como iremos demonstrar aqui na tribuna desta Casa.

É preciso que a Assembléia contribua para pôr cobro, para por fim a atitudes desta ordem. Gostaríamos de parabenizar-mos com V. Exa. e pedir a V. Exa. e aos demais membros desta Casa que começássemos a debater e a oferecer soluções para evitar esta agiotagem oficializada, ilegal, inconstitucional e imoral do Poder Público do Paraná.

Era isto, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que queríamos dizer em contribuição ao sério pronunciamento que V. Exa. faz nesta Casa.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Tolentino, já tenho dito e volto a repetir, e agora V. Exa. trata de assunto correlato nesta Casa, que a filosofia governamental transformou o Poder Público num balcão a mercadejar de forma violenta, extorsiva e arbitrária. O lucro social representado pela felicidade humana foi tomado, pelo lucro financeiro, representado pelas burras cada vez mais cheias, dos tesouros públicos, nem sempre, quase nem sempre revestidos de favor da própria população, que com tanto ônus tem contribuído para que os tesouros se enriqueçam.

O eminente Deputado Osvaldo Macedo disse, no seu aparte, um aspecto interessante a respeito desta questão, porque a

SANEAPAR representa também mais um dos órgãos a colaborar nessa filosofia, e trouxe o Deputado Osvaldo Macedo um aspecto interessante no que respeita à palavra jurídica.

Gostaria de aduzir ao pronunciamento de V. Exa. que o nosso Tribunal já se pronunciou a respeito e entendeu que cabe à SANEAPAR a cobrança pelos meios legais do que lhe é devido por qualquer meio do usuário do serviço de água, mas que não cabe à SANEAPAR, por direito, o corte de fornecimento de água. É decisão do nosso Tribunal já firmado em mandado de segurança impetrado perante aquela Corte. Portanto, efetivamente, nobre Deputado, há um aspecto que devemos também analisar: se nesta Casa se fazem presentes 250 funcionários, 2 já foram atingidos concomitantemente pela medida drástica e violenta, quer me parecer que é uma percentagem bastante alta e em relação à população no Estado do Paraná, portanto, é realmente preocupante a questão que V. Exa. traz hoje a debate nesta Casa, e seria de fato conveniente que nos postássemos com um maior cuidado, com maior demora, com maior zelo na análise desta questão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Agradeço o aparte de V.

Exa. e quero dizer ainda que, não é desconhecido de todos os Srs. Deputados e de quantos viajam para fazer turismo na nossa região, sobretudo em Cascavel, que, em Cascavel a SANEAPAR se instalou mas até agora não permite ligações de esgotos, dos edifícios, razão porque alguns não podem receber o “habite-se”.

Não posso compreender até onde vai o arbítrio de uma companhia desta natureza, que ao invés de servir, está prestando um desserviço a um desestímulo ao povo da nossa cidade.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. lembra outro aspecto da companhia. Há dias li a respeito de uma manifestação unânime de uma das Câmaras Municipais do interior do Paraná, quer me parecer que foi da região do Sudoeste do Estado, Pato Branco ou Francisco Beltrão, não me lembro bem, denunciando violentamente a omissão da SANEAPAR, no cumprimento de dispositivos contratuais com aquele município, com o povo daquela cidade, e me parece também, que agora, tangidos pela coragem dos eminentes Vereadores daquele município, outras comunas, outras cidades, outros municípios do Paraná também se levantem denunciando a omissão e a irresponsabilidade da companhia, no cumprimento das cláusulas contratuais a que estaria obrigada, nos entendimentos havidos e negócios propostos e realizados por estes municípios interioranos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO. – Então se percebe que o problema é generalizado.

Não queria tocar no caso de Cascavel, porquanto eu entendo, até por uma questão de coerência que, pelo menos é nosso costume conversar para saber, para entender até que ponto o pensamento da direção da companhia, como esta vem trazer benefícios ou prejuízos às populações. Eu não compreendo porque este “modus faciendi” tenha sido benefícios.

O SR. ANTONIO FACCI. – V. Exa., como sempre, se utiliza desta tribuna para tratar de assunto de alta importância para o nosso Estado. A SANEAPAR de fato traz grandes dificuldades para a solução dos problemas de abastecimento de água e saneamento do Estado, ao em vez de resolver, nós temos exemplos claros com a cidade de Maringá, quando ao votar a lei que permitia ao município de Maringá, que integrasse a SANEAPAR para o serviço de abastecimento, nós ficamos naquela cidade já com um serviço de água praticamente concluído. Exigíamos, não aquela lei padrão, Deputado Tolentino, mas cláusulas especiais que levariam tempo para que a SANEAPAR realizasse, iniciasse a implantação do sistema de esgoto e a surpresa para Maringá foi que a SANEAPAR não aceitou isto, por não ter estrutura e condi-



ções administrativas até para iniciar, de imediato, um sistema de implantação desse sistema de esgoto em nossa cidade. Veja, então, nobre Deputado Tolentino, devolveremos depois a palavra ao nobre Deputado, se me permitir, nós fizemos em nossa cidade, em Maringá, a implantação com recursos próprios, sem interferência da SANEPAR Maringá e se não me engano Paranaguá, são duas cidades que não se integraram à SANEPAR, porque se o fizessem, estariam sendo prejudicadas. De fato, V. Exa. tem razão e vou citar um exemplo de desorganização, de falta de atividade na administração da SANEPAR, para dar apenas um exemplo aqui da Capital. Não apenas problemas do interior. Duas residências com quotas d'água inteiramente pagas, foram boicotadas, interrompidas no abastecimento como se estivessem com seus pagamentos atrasados. Veja bem, aqui na Capital, que dirá no resto do Estado. Não sei qual seja.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Não sei, realmente, qual seja a filosofia da administração pública que se implantou no Paraná. Não podemos compreender porque, se o objetivo principal, precípuo e mais profundo é de uma filosofia de governo que persegue o bem estar da coletividade. Quando estes organismos do Governo, da Administração Indireta, como é o caso, que vem buscando a satisfação de um entesouramento dos seus caixas, ao invés de alcançar o objetivo para o qual foi criado, que será o bem estar do homem, nos seus fins últimos para o bem estar do homem, nos seus fins últimos para o qual foi criado.

O SR. ENEAS FARIA - Quer nos parecer que a SANEPAR, através de injeções de repulsa, todas em alta dosagem, da filosofia, através de 100 municípios do Paraná, pouco ou quase nenhuma obrigação por parte do órgão estadual ou por parte do órgão federal, mas atrás disso, sutilmente, funcionava um outro tipo de coação, por parte do agente financiador destas ditas melhorias que até hoje não vieram, do Banco Nacional da Habitação, detentor hoje, da riqueza nacional.

Ocorre que os queixumes recebidos pelos poderes públicos municipais, dizem que as pressões que se consubstanciavam veladamente, no sentido de não firmar o contrato com a SANEPAR, as portas do BNH estariam fechadas.

Portanto, os municípios seriam carentes de quaisquer recursos financeiros, para quaisquer outros planos, se não atendessem esta determinação. O eminente Deputado Antonio Facci, traz a público o exemplo de Maringá que se rebelou contra a forma estandarizada, não aceitou, se colocou em contraposição a este plano. Mas nós temos que considerar dois aspectos da questão. Primeiro, Maringá, que é um dos municípios de maior vigor econômico, financeiro, social e político do nosso Estado. Em segundo, porque Maringá dispõe de voz que por ela fale aqui nesta Assembléia e lá, através da coragem do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Mas, outros tantos municípios, pequenos, deserdados, se viram até mesmo amedrontados diante das sofridas, mas nada puderam fazer em contraposição a respeito do problema e das ameaças sofridas. Era o aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Nós acreditamos que medidas saneadoras nestas distorções administrativas devem ser tomadas pela Direção, e vamos aguardar. Porque nós, estamos colhendo o material; nós estamos também na expectativa de que o saneamento se comece a fazer na administração da SANEPAR, através de atitudes como esta.

Sr. Presidente, nobres Deputados, a minha vinda à tribuna no dia de hoje tem uma significação mais importante a nosso ver do que o que se falou até agora. E não é sem outra razão, o reforço que recebemos neste instante, porque vimos aqui, no Salão Nobre Desta Casa, a presença do Coordenador do Incra do Estado do Paraná, Dr. Haroldo José Moleta.

Há poucos dias pretendia fazer um pronunciamento a respeito de problemas relacionados com o litígio de terras, de ho-

mens, que desafiavam entre o poder público, e famílias paranaenses sobretudo, na nossa região. E muitas vezes, quando vejo distorções de todos os quilates, buscando quase o massacre de famílias com agentes do Poder Público eu não vejo outras palavras, senão as referidas por Montesquieu, que ensinam: "As leis são necessárias, no seu sentido mais amplo, são relações necessárias que derivam da natureza das coisas". É verdade que no Brasil, a história tem nos mostrado que a lei não só se deslegitima pela, bastardia da origem, senão também pelos horrores da sua aplicação.

São Paulo dizia que "a lei é boa quando executada com retidão", querendo significar que mais vale a lei inexecutada ou mal executada para assegurar o bem, do que uma boa lei sofismada e não observada para comprometer o bem.

Faço estas considerações não para enriquecer e muito menos para enfeitar a minha vinda à tribuna neste dia frio, neste dia vazio e indiferente, mas para analisar alguns fatos e protestar contra determinada conduta de autoridade - se é que posso dizer autoridade - que vem causando desassossego à tranquilidade de tantas famílias que vivem na angústia do problema de terras em nossa região, as quais vivem desalentadas, vítimas de uma legislação casuística.

Refiro-me ao problema crucial, nacional, e de proporção internacional, da gleba Silva Jardim nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu, que é constituída de terras, que parcialmente pertencem à administração pública, no chamado Parque Nacional do Iguaçu, segundo seu próprio entendimento.

Aproximadamente quatrocentas famílias que vieram do Rio Grande do Sul, compraram, pagaram e receberam escritura de várias e várias quantias parceladas de terras desta tão famigerada gleba Silva Jardim. Ali se plantaram desde 1960, com suas escrituras registradas e transcritas no cartório imobiliário competente daquela circunscrição. E essas quatrocentas famílias, depois de ali se localizarem às margens daquele chamado Parque Nacional, depois de derrubarem a mata e de transformarem, aquelas terras bravias num celeiro de progresso da agricultura e da suinocultura, vêem surgir a legislação de uma filosofia de Governo que procura alijá-las dali.

Sou representante de Foz do Iguaçu e de uma considerável parcela de população também de São Miguel do Iguaçu, sendo que aquela gleba alcança a divisa dos dois municípios. Como representante da região nesta Assembléia, fui solicitado a comparecer em Foz do Iguaçu no final do mês de maio, a fim de ser informado sobre os problemas cruciantes de litígios de terras daqueles dois municípios, quando ali haveria de comparecer o Sr. Ministro da Agricultura, que efetivamente compareceu. Inteirado dos fatos convencido pelo patético apelo dos colonos agrupados em mais de 100 famílias, procurei me situar juridicamente na questão quando manuseei algumas escrituras e alguns títulos de propriedades. Quase todos os colonos portavam esses documentos de nossa Pátria e ali se instalaram depois de terem adquirido essas áreas de terra. Ao dialogarmos com esses colonos, ao entabularmos um entendimento real das causas efetivas da atitude do poder público, ao buscar um encontro na razão da objeção, que aquelas famílias fazem em sair dali, percebi a origem dominial daqueles documentos. Vinham eles de primeiro de outubro de 1920, através de um título de propriedade expedido pelo Governo do Estado, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Dessa época era a origem daqueles títulos.

Quando se instalou o Estado Novo no Brasil, o então saudoso Presidente houve por bem enxergar o futuro da região Oeste do Paraná e perceber a devastação da crosta terrestre do Paraná, e através de um decreto, constituiu o Parque Nacional do Iguaçu.

E, em 1944, uma outra Lei veio modificar essa anterior

Entretanto, desde aquela época até 1973, nenhuma atitude oficial se instalou, se tomou para, efetivamente, se constituir ali o Parque Nacional do Iguaçu, como preservação da área, da fauna e da floresta, e porque não dizer, para se estabelecer o equilíbrio ecológico da região; quem sabe até, teria aquele estadista previsto a instalação, no futuro, de uma empresa hidroelétrica de grandes proporções.

Entretanto, nobres Deputados, movido e sensibilizado por tão justificável reivindicação, fizemos uma reunião com aqueles colonos, buscando um ponto de identificação da pretensão deles com a pretensão do Estado, do organismo estatal.

E eu dizia, até 1973, o governo ficou praticamente omissivo quanto aos objetivos iniciais.

Srs. Deputados, ali em Foz do Iguaçu, onde as distorções são de tamanha diversidade em todos os campos, não poderia também neste caso ser diferente, justamente em se tratando da questionada gleba Silva Jardim.

Não fizemos, como devo citar logo adiante, contestação a coisa nenhuma. Fizemos isso sim, ponderações e reclamamos justiça em nome daquela coletividade.

Vejam, nobres Deputados, depois de dialogar e perceber o sentido da reivindicação daquele povo, elaboramos um documento, um memorial descritivo da situação, para ser entregue ao Sr. Ministro da Agricultura, que ali estaria naquele dia, um sábado de festa para alguns.

E antes do avião de S. Exa. pousar no aeroporto, vindo do Norte do Estado do Paraná, conversávamos com alguns coordenadores do INCRA naquela região e também com o próprio coordenador do INCRA no Estado do Paraná, Dr. Haroldo José Molleta, de quem invoco neste momento, o testemunho. Ali, num diálogo com ele, Dr. Haroldo José Molleta, Dr. Shiguero e Dr. Cristiano Machado Netto e tantos outros, além do empresário Felix Bordin, e Dr. Antônio Wanderlei Moreira dos quais invoco os testemunhos para os fatos que vou citar. Ao dialogar com eles, principalmente com o coordenador do INCRA no Paraná, a respeito da área urbana que o INCRA precisa incentivar, mover, acionar o Governo da República, para mandar mensagem ao Congresso Nacional e entregar essas áreas urbanas que eu citava, (de Jardinópolis e Medianeira, Catanduvas e todo o município de Leônidas Marques, abrangendo a sede do município, Santa Lúcia, Aparicidinha). Além disso, dialogava sobre a possibilidade de um entendimento, para que a Presidência da República solucionasse esse caso, não trazendo, com essa procrastinação, prejuízos para a própria administração municipal. Qual foi minha surpresa, na hora em que dialogava efetivamente sobre esses assuntos, postergando o assunto sobre a gleba Silva Jardim, eis que surge, abruptamente, grosseiramente, mal-educadamente, o Sr. Coronel Jaime de Paiva Belo, administrador do Parque Nacional que vem ali e interfere na nossa conversa dizendo o seguinte: "não podemos permitir que esses colonos falem com o Ministro porque se não será a nossa desmoralização. Pasmado, nada tendo a ver com o caso, limitei-me a ouvir.

Em seguida, esse mesmo Coronel alude a que os caça-votos estavam ali, para criar tumulto e ao perceber que ele se referia à pessoa do deputado Paulo Marques e do Senador Leite Chaves virei-me para cumprimentá-lo. Nesse momento, pasmem, Srs. Deputados, esse oficial que representa a administração pública no Parque Nacional vem e diz o seguinte: Essa turma do MDB só ser-

ve para criar tumulto. Ao interpelá-lo do que ele precisava ter calma, virou-se agressivamente para mim. Somente tinha trocado essa palavra com esse Coronel e, justamente, nesse momento, o homem fez ameaça de agressão física. Jamais poderia esperar, principalmente, de um homem que se presume tenha um mínimo de cultura, tenha um mínimo de posição dentro da administração pública venha ali, na presença - e ali que está a invocação do testemunho de todos esses senhores do Incra - e ao pasmo de todos arregaçar as mangas. Ao ver que o homem poderia me agredir me virei e neste mesmo momento, num ataque de histeria, o homem saiu com aquele vociferão que já é da década de 1920, e começa a andar de lá para cá.

Minutos a seguir chega S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura e o Presidente Nacional do Incra. Na presença de todos os colonos, na presença de tantas autoridades, na presença de tantas pessoas que ali se encontravam, inclusive empresários de Foz do Iguaçu, como é o caso de Felix Bordin, não compreendendo porque não havia motivo de compreensão, fiquei tão chocado e imobilizado que não pude sequer dizer uma palavra. Jamais se pode compreender que um homem que representa o Poder Público, principalmente numa área litigiosa como aquela em que deveria haver o diálogo entre esse homem e os colonos. Diante de um "apelo" desse, diante de uma situação dessa, mesmo havendo estabelecido o diálogo e havia pedido que esse nosso diálogo fosse a nível de cultura, a nível superior e de caráter informal naquele justo momento, chego a compreender que o que existe mesmo em tudo isto é intransigência e uma intransigência qualificada. Não posso entender como é que não se pode transigir. Não posso compreender isto.

Deixo, portanto, registrada a minha passagem nesta tribuna por não compreender porque no momento em que o Incra está tirando, erradicando dali, sob o pretexto de reforma agrária, esses colonos de terras cultivadas, destocadas e produtivas para colocá-los da gleba Ocui, uma mata virgem, onde existe ainda o cunho de gleba litigiosa.

Então, nobres Deputados, chego a vislumbrar um desalento, não para nós, mas, para eles...

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência lembra o nobre orador, que lhe resta apenas 1 minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Obrigado, concluirei.

Então, nobres Deputados, a situação é de calamidade pública porque, se desalojar famílias e se colocar famílias ao desalento sob a alegação de que precisa ser preservada aquela área e que está havendo inclusive interesses internacionais buscando uma solução para o caso, implica no reconhecimento da incapacidade de administrar.

Faço um apelo às autoridades, para que tratem com isenção de ânimos e isenção de "ánimus adquirendi" para o rumoroso caso que não se pratiquem outras injustiças como aquelas que o Oeste do Paraná já sofreu, com irrigação de sangue.-

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela Ordem).

Sr. Presidente, apenas para solicitar de V. Exa. se proceda a chamada nominal, para constatação de quorum.



O SR. PRESIDENTE – Solicito ao Sr. primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 37 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 21/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 155/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados à Assistência a Deficientes Físicos.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. – Aprovado.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 47/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 66/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regularizar as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário-Educação.

Parecer favorável da C.C.J. – Aprovado, artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 01/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem N. 8/75, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, no atendimento de despesas com construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. – Ao referido Projeto foi apresentada Emenda, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, no seguinte teor:

“Emenda ao Projeto de Lei nº 01/75

Substitua-se o artigo 1º pelo seguinte:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para a concessão de auxílio à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, destinado ao atendimento de despesas com a ampliação e manutenção da sua Colônia de Férias do Balneário de Caiobá.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975

a) IVO THOMAZONI.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. –

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda. – Aprovado.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 41/75, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Ação Social Cristo Profeta, da cidade de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 48/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 68/75, que aprova o Termo Aditivo firmado ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, objetivando a execução de um projeto de informação de mercado Agrícola.

Parecer favorável da C.C.J. – Aprovado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI Nº 48/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 09 de abril de 1975, ao Convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre o Ministério da Agricultura, e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, objetivando a execução de um projeto de informação de mercado agrícola.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

IVAN RÜPPEL – Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROPOSIÇÃO Nº 68/75

AUTOR: – Poder Executivo

## P A R E C E R

I – A presente Proposição, oriunda de Mensagem Governamental, visa submeter à apreciação desta Assembléia Legislativa, em obediência a dispositivos constitucionais, o Termo Aditivo celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, objetivando a execução de um projeto de informação de mercado agrícola.

II – Celebrar Convênio, conforme dispõe o artigo 47, item IX, da Carta Magna do Estado, é de exclusiva competência do Sr. Governador, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III – Em assim sendo, não encontramos qualquer empecilho de ordem legal ou constitucional que possa obstar a livre tramitação da Proposição nesta Casa de Leis; portanto nosso parecer é pela sua aprovação, de acordo com o Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões,

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

IVAN RÜPPEL – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Constância Kuchene. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnaldo Flestler, ocorrido em Mariópolis. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja criado na comarca de Assis Chateaubriand, o Curso Científico, para funcionamento a partir do próximo ano letivo. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da Associação dos Municí-

prios do Paraná, sugerindo a divulgação por parte dos órgãos de identificação do interior, bem como através das prefeituras municipais, do regulamento para aquisição pelos portugueses residentes no Brasil, dos direitos e obrigações previstos no Estatuto de Igualdade. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de determinações que importem no cancelamento da obrigatoriedade do exame psicotécnico para motorista amador. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando voto de confiança ao Poder Judiciário, louvando-se a maneira criteriosa adotada na condução dos trabalhos que visam a reestruturação de nossa Organização e Divisão Judiciárias. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Virginia Baratter, ocorrido em Cascavel. **APROVADO**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja estudada a viabilidade de um convênio entre o DER e diversas prefeituras. **APROVADO**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, através do Sr. Presidente da TELEPAR, sejam prestadas informações sobre a entrega de ações aos usuários e promitentes usuários de telefones, prevista nos diversos "Planos de Participação" estabelecido por aquela companhia. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI - Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDO)

"Em data do dia 13 do corrente mês, o eminente Deputado Fidelcino Tolentino apresenta pedido de informações, através do Sr. Governador do Estado, dirigido a Presidência da TELEPAR, solicitando informações que pudessem esclarecê-lo sobre

Quantos usuários ou promitentes usuários integralizaram o pagamento de suas participações financeiras nos exercícios de 72, 73 e 74.

Em quanto importa o total recebido em dinheiro referente a cada um destes anos, em relação aos pagamentos integralizados.

Quantos usuários ou promitentes usuários que completaram o pagamento de seu plano nos exercícios acima referidos, receberam oitenta e cinco por cento das quantias pagas em ações da TELEPAR, previstas em lei.

Quantos usuários ou promitentes usuários já completaram o pagamento de sua participação nos anos constantes das alíneas abaixo, deixaram de receber seu crédito em oitenta e cinco por cento em ações, exercícios 72, 73 e 74.

Qual a data prevista para serem creditadas aos participantes mencionados no item 4, as ações que lhe são devidas pela TELEPAR.

Quando a TELEPAR distribuirá de bonificações e dividendos a que os mesmos têm direito, nos anos de 73, 74 e 75.

E, por último, como pretende a TELEPAR, ressarcir os participantes do plano que completaram seus pagamentos, cujo valor patrimonial seria o do início dos exercícios sociais de 73, 74 e 75, na forma prevista pela portaria 415, de agosto de 72, do Ministério das Comunicações sem prejuízo de pagamento de dividendos a que os mesmos têm direito, dando cumprimento à parte do contrato, do plano de participação, que estipula.

E, faz menção às exigências da portaria 415"

Sr. Presidente, o pedido de informações objetiva colher esclarecimentos a respeito da participação financeira dos usuários de telefones no Paraná, que a TELEPAR deve retribuir em ações.

O texto do pedido deixa claro a preocupação do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, como direito dos usuários em ter suas ações, no prazo de 180 dias após a sua integralização. E as informações de créditos são relativos aos anos de 72, 73 e 74.

Quero inicialmente, tranquilizar o nobre Deputado Fidelcino Tolentino sobre o assunto, pois aqui trago elementos que, acredito, elucidam a questão.

A TELEPAR, a partir de 1972, lançou um plano de obras com a participação financeira dos adquirentes de telefones, participação financeira essa que se estendeu até 42 meses, em muitos casos.

Convém, entretanto, salientar que cerca de 98 por cento dos adquirentes de telefones da TELEPAR valeram-se da faculdade de adquirir esses aparelhos com o prazo de 36 até 42 meses. Sendo que uma ínfima parcela de usuários adquiriu em prazo menor, nos anos compreendidos entre 72-74, inclusive 75.

Para comprovar isso, tenho as atas de aumento de capital da TELEPAR, realizada em 25 de fevereiro de 1972, através da 39ª assembléia geral extraordinária, publicada no Diário Oficial do dia 8 de maio de 1972, a TELEPAR entregou ações no valor de 8 milhões, 660 mil e 526 cruzeiros, a promitentes usuários da Capital e das seguintes cidades do Interior: Cruzeiro do Oeste, Antonina, Clevelândia, Cornélio Procopio, Assaí, Campina da Lagoa, Japira, Ibiporã, Chopinzinho, Guaratuba, Cruzeiro do Sul, Mariópolis, Salto do Itararé, Santa Mariana, Cascavel, Paranavai, Medianeira, Laranjeira do Sul e Castro.

Em 28 de maio de 1973, através de ata publicada no Diário Oficial de 2 de julho de 1973, a TELEPAR entregou ações no valor de 1 milhão, 277 mil e 546 cruzeiros, a promitentes usuários da Capital e das cidades de Cascavel e Corbélia.

Em 30 de agosto de 73, através da ata publicada no Diário Oficial de 21 de setembro de 1973, foram entregues 6 milhões, 867 mil e 433 cruzeiros em ações, a promitentes usuários de Curitiba, Guarapuava, Francisco Beltrão, Pato Branco, Irati e outros.

Em 31 de outubro de 1973, através da ata publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 1973, foram entregues 3 milhões, 805 mil e 807 cruzeiros, em ações, na Capital, Irati, Apucarana, Cianorte, Paranavai, Cornélio Procopio, Rolândia, Cascavel e outras cidades.

Em 30 de abril de 1974, em ata publicada no Diário Oficial de 4 de junho de 1974, foram entregues 4 milhões, 905 mil e 441 cruzeiros em ações, a promitentes usuários da Capital, Cas-

cavel. Cambé. Goioerê. Paranavai. Campo Mourão, Cianorte e outras cidades

Ainda mais, a TELEPAR está procedendo o novo aumento de capital, cuja ata está sendo encaminhada à Junta Comercial do Paraná para o devido registro, entregando 14 milhões, 196 mil e 841 cruzeiros, de acionistas da Capital e de 60 cidades do interior do Paraná. Somente esse aumento de capital retribui a 7 880 promitentes usuários, relacionados e, 695 páginas datilografadas, que terá a honra de fazer, neste instante, chegar às mãos do Deputado Fidelcino Tolentino

Depreende-se disso, Srs. Deputados, que a empresa vem cumprindo com suas obrigações, com o mesmo zelo com que está implantando um serviço de telecomunicações, que deve ser o orgulho para todos os paranaenses, porque, diga-se de passagem, a TELEPAR está hoje na vanguarda do serviço de telecomunicações deste País

À guisa de informação, devo lembrar que em 1973 a TELEPAR remeteu nas contas do telefone, um chamamento, bem visível "Atenção Para os acionistas da TELEPAR" solicitando a todos que comparecessem até à empresa para receberem o pagamento do dividendo N. 1 em 1973, relativo ao exercício de 72, dizendo, inclusive, o horário, o local e quem poderia atender

Em 74 também foram os Srs. acionistas, através desse mesmo meio, comunicados que deveriam receber o pagamento N.2, relativo ao exercício de 73.

O SR. OSVALDO MACEDO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria, de acordo com o Regimento, que V. Exa. verificasse o tempo que o orador tem para encaminhar a votação e se esse tempo já não se esgotou.

O SR. PRESIDENTE Realmente, o tempo está esgotado, exatamente neste instante e concedo mais alguns minutos para que V. Exa. termine sua oração

O SR. IVO THOMAZONI Sr. Presidente, um pedido de informações, cuja leitura já leva mais de 5 minutos, para o MDB que se preocupa sempre com o estabelecimento de diálogo nesta Casa, no instante em que o Governo, pela palavra do seu líder, pretende prestar informações, e para fazê-lo, a exiguidade de tempo de 10 minutos não permite que se faça, não é justo, Sr. Presidente que fiquemos à mercê das informações da bancada do MDB, e que a ilustre bancada da ARENA vote, segundo o MDB tem afirmado nesta Casa, sem conhecimento da matéria. Para os ilustres e eminentes Deputados do meu Partido, é que pretendia dar informações, e com detalhes, e inclusive oferecer ao Deputado Fidelcino Tolentino para que, se as informações que passo às suas mãos, neste instante, não forem suficientes para suas indagações, pode S. Exa. dispor deste Deputado para acompanhá-lo à Empresa de Telecomunicações do Paraná, na hora e no instante em que S. Exa. desejar, para esclarecimento sobre qualquer das respostas que não estejam completas, ou para obtenção de outras indagações que deseje formular, porque o que deseja a TELEPAR e o Governo de Jayme Canet Junior, é que esta Casa esteja informada sobre o que pretende fazer.

Tinha aliado, Sr. Presidente, as respostas para todos os itens das indagações formuladas. Passo às mãos de S. Exa. o Sr. Fidelcino Tolentino, antes fazendo um apelo para que considere as informações suficientes, para que dê credibilidade às informações que passo às suas mãos e que se no futuro desejar esclare-

cimentos maiores, use deste Deputado para acompanhá-lo, se desejar, a TELEPAR, aos seus Diretores e aos seus funcionários para obter esclarecimentos totais das dúvidas que, por ventura ainda possa abrigar

Deixo de ler as informações porque a exiguidade de tempo não permite. Lamento, tão somente, que o Regimento Interno tenha sido tão rigorosamente exigido o seu cumprimento pelo eminente Deputado Osvaldo Macedo, porque estava nesta tribuna não para necsurar o Sr. Deputado autor das informações mas tão somente para prestar-lhe uma homenagem como homem de governo na prestação das informações que ele, Sr. Deputado exigia que o Governo lhe prestasse. - (Sem revisão do orador)

O SR. OSVALDO MACEDO (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Observe que o Governo foi muito feliz na escolha de seu líder, não tivesse ele as qualidades que esta Casa já conhece de bom orador, de inteligente, de preparado, tem a qualidade de ser radialista, e, portanto, um bom leitor de relatórios de tribuna. E relatórios não precisavam ser lidos da tribuna, podem, muito bem, ser encaminhados a cada um dos Deputados pela TELEPAR.

Já está causando estranheza a insistência com que este Governo, com que órgãos deste Governo recusam a prestar informações solicitadas pelos Deputados. A Constituição prevê o pedido de informações; o Regimento Interno da Casa, prevê o pedido de informações. É um direito legítimo de cada Deputado pedir a qualquer repartição do Estado que lhe dê informações sobre qualquer atividade, sobre qualquer serviço ou sobre qualquer setor

Surpreende-me, até, que o Deputado Ivo Thomazoni, convide o Deputado Fidelcino Tolentino a acompanhá-lo à TELEPAR. Não se trata de um homem do interior que vem sem conhecer os meandros da administração da Capital. Não é ele um homem que precise ser carregado pelas mãos. Ele pode, muito bem, como Deputado, ir lá e ser recebido e tem todo o direito de ir lá, por que se trata de uma repartição pública, de uma empresa pública.

Quando se pede informações nesta Casa se exerce um direito legítimo e quando se nega resposta a este pedido de informações, não se desvaloriza o Deputado, mas o Poder, o poder que o MDB quer preservar, quer enaltecer e que espera que a Arena, através de seu líder, também enalteça, também preserve.

Porisso, para que esta Casa não perca o dualismo necessário, para que a lei seja cumprida, já que a lei é lei, e quando exigimos o cumprimento do Regimento Interno, nós achamos que ele deve ser cumprido por inteiro por todos os membros desta Casa.

Ninguém tem menos direito ou mais direito, nem o líder do Governo, nem o líder do MDB, nem qualquer Deputado da Bancada. 10 minutos são 10 minutos e não onze minutos, e a tribuna não é para leitura de relatórios que podem vir por escrito e que ainda teriam outra vantagem, não enfadariam os presentes.

Quero encarecer a liderança do Governo que tem em suas mãos essas informações, que elas venham a esta Casa, aos Deputados, mas com a chancela da TELEPAR, oficializadas pela TELEPAR.

Com isto, se bem não estivermos fazendo, estaremos ao menos dando descanso ao líder do Governo, que ficará então livre de leituras cansativas na tribuna.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - A Mesa tem o prazer de assinalar a presença do Sr. Nery Napoli, Vereador do município de Castro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Muggiati Filho, para encaminhar a votação.

O SR. MUGGIATI FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O principal objetivo desta votação é ratificar em nome da

liderança da Bancada, as razões apresentadas pelo ilustre autor do requerimento, Deputado Fidelcino Tolentino. Realmente, S. Exa. interpretou da melhor maneira possível o pensamento de nossa bancada, da sua liderança e já que tivemos o ensejo de vir à tribuna, gostaríamos de acentuar, num pequeno aditamento as ilustradas razões do eminente vice-líder de nossa Bancada, Deputado Osvaldo Macedo, no tocante a um procedimento que está se tornando praxe nesta Casa, contrariando o sentido que é normativo de nossa própria atribuição.

Primeiramente, entendemos de nenhuma procedência a reclamação do ilustre líder do Governo, com relação à questão de ordem por seu tempo ter se esgotado. S. Exa. poderia ter discutido longamente a matéria no tempo regimental, a que estava destinado.

S. Exa. deixou para discutir a matéria no encaminhamento da votação.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. não pode... Hoje nós não discutimos, porque estava encerrada a votação...

O SR. MUGGIATI FILHO – Nós não queremos evitar o diálogo nesta Casa, sobre assuntos de transcendência. Mas nós não podemos colocar nunca o diálogo acima das normas que regem as nossas atribuições.

Costuma-se dizer nesta Casa para qualquer motivo, até para justificar a existência de comandos políticos que os Srs. Deputados estão como que esvaziados de suas atribuições. Pois as atribuições mais importantes dos deputados é o pedido de informações.

E se S. Exa. o eminente Líder, não contestou encarando de frente o problema, não contestou as razões, o mérito do requerimento, nem a sua procedência preliminar, porque motivo destruir-lhe o andamento, deixando isso sim, sem o atendimento precípua que constitui atribuição específica de cada um dos Srs. Deputados, a tramitação de um pedido de informações, para que não seja ele respondido pela parte interessada. Se não há o que conteste, se houver o que contestar, se conteste. E em muitas vezes até, pode se reconhecer o valor da contestação. Mas, como devo reconhecer nesta oportunidade, eu iria fazê-lo noutra mais própria, o valor de uma informação que recebi há dois dias da Secretaria de Agricultura, volumosa, detalhada sobre o problema levantado nesta Casa e encaminhado através do Sr. Governador do Estado, no tocante ao caso das sementes de trigo.

Pois bem, Srs. Deputados, se o pedido tem procedência, portanto, tem procedência que o eminente líder procure trazer ele próprio, estas informações em dez minutos, porque não deixar que ele tramite normalmente?

Porque nós vamos, descompor uma atribuição constitucional do Deputado. Não vemos, francamente, e ressaltamos o esforço de S. Exa. o líder do Governo, mas não vemos nesta atividade algo de mais construtivo em favor do Poder Legislativo.

É uma manifestação do povo através desta Casa aos seus representantes. É a responsabilidade que se estabelece. Acredito firmemente que S. Exa. haverá de se convencer também deste nosso propósito, que não foi o de obstruir a sua presença na tribuna, mas também, de não admitir que a pretensão de um representante de nossa Bancada que representa realmente, o pensamento total da Bancada, seja obstruído.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem) Sr. Presidente, este Deputado foi arguido da tribuna pelos eminentes Srs. Deputados que por ela passaram e pertencentes ao MDB.

Consulto se posso prestar só uma informação em questão de ordem, a uma indagação que me foi formulada para que a Casa fique melhor esclarecida dos motivos que levaram este Deputado ao comportamento que teve no encaminhamento da votação desta matéria.

Quero esclarecer que S. Exa., os eminentes deputados da

ARENA e do MDB estariam esclarecidos. Se me for dada esta faculdade, me curvo à decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa não tem como conceder a palavra ao deputado no encaminhamento de votação. Evidentemente, não é o caso de questão de ordem.

Mas, como a matéria é de interesse público e de interesse da administração, acho que neste momento a Mesa poderia conceder a palavra a V. Exa., modificando um pouco o Regimento Interno, e V. Exa. respindaria, em duas palavras, sobre o que foi indagado pelo orador.

O SR. OSVALDO MACEDO – (Pela Ordem).

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, desejaria prestar a informação que o eminente líder solicitou, mas se o Deputado Osvaldo Macedo não aceitar a decisão de V. Exa., me curvo a nova decisão.

O SR. OSVALDO MACEDO – (Pela ordem).

Sr. Presidente, diz o Regimento Interno que no encaminhamento de votação, pode falar o Deputado uma única vez. Diz também o Regimento Interno que pode o Deputado prestar esclarecimentos em explicação pessoal.

Sabe-se também, Sr. Presidente, que uma Bancada não se compõe apenas de um líder, mas também de um vice-líder, e de outros membros. Ou as informações são prestadas pelo líder do encaminhamento de votação ou pelo vice-líder. Se, assim não o for, faça o líder em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa achava que as duas Bancadas e a Casa teriam interesse em ouvir apenas uma resposta. Mas, desde que o Deputado Osvaldo Macedo levantou uma questão de ordem que tem procedência, não posso conceder a palavra ao líder da ARENA.

O SR. ENÉAS FARIA – (Pela ordem) Sr. Presidente, face ao problema que se apresenta e para que não se atire à banca do MDB o estigma de obstacular, de impedir o diálogo, e como quer o líder da ARENA trazer à Casa informações oficiais, faria uma sugestão à Mesa no sentido de que fosse levantada a Sessão.

Se a matéria é oficiosa, então de forma oficiosa seriam prestadas as informações e com a suspensão da Sessão seria respeitado o nosso Regimento e não ficaria impedido o líder da ARENA de estabelecer o diálogo.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem) Sr. Presidente, agora venho em defesa do Regimento Interno.

A matéria está com a discussão encerrada, e, estando em votação, não há como se pretender sobrestar a matéria para uma próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE – A não ser que não houvesse número para votação.

O SR. ENÉAS FARIA – (Pela ordem) Sr. Presidente, para esclarecer, quando sugiro que a sessão seja suspensa, para que seja procedida a leitura oficiosa, porque a matéria é também oficiosa, para que se faça aqui e agora, para se retornar a Sessão logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE – Respondendo a questão de ordem do nobre Deputado Enéas Faria, isso seria também violentar o Regimento Interno.

E a Mesa não quer abrir precedentes, que podem se generalizar no futuro.

Por esta razão, vamos seguir à risca o Regimento Interno.

O SR. IVO THOMAZONI – (Questão de ordem) Sr. Presidente, eu me curvo à decisão de V. Exa.

E V. Exa. ouvindo as ponderações muito justas, claras e oportunas do eminente Deputado Osvaldo Macedo, impedindo-me de prestar só uma informação que desejava prestar ao eminente líder do MDB, deixo de fazê-lo. E darei essa explicação quando usar da palavra em explicações pessoais.

Desejo apenas dar uma razão correta às informações que trago essas informações são completas

Era tão somente isso. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE Continua em votação Rejeitado

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação

O SR. PRESIDENTE A Mesa defere. Será feito o pedido de verificação de votação.

16 Srs. Deputados aprovam o requerimento. 17 o rejeitam.

Rejeitado.

A Presidência tem o prazer de comunicar a presença, neste plenário do Sr. Prefeito José Gonçalves, e do Vereador João Benedito do município de Itaguapé, e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Fênix, Sr. Tornaz Pereira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

3ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 41/75 e dos Projetos de Lei nºs 01/75 e 41/75.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 48/75

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nºs 119/74.

marcando ainda uma Sessão para sexta-feira, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL dos Projetos de Resolução nºs 41/75, 42/75, e dos Projetos de Lei nºs 209/73, 186/74, 06/75, 13/75 e 17/75

Levanta-se a Sessão

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 405/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E

revogar, o Decreto Legislativo nº 189/75, de 11 de abril de 1975

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de junho de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 406/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E

revogar, o Decreto Legislativo nº 362/72, de 23 de agosto de 1972, a partir de 1º de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de junho de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 407/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E

Art. 1º dispensar, a pedido, das funções de Chefe da Sessão de transmissões, do Departamento Administrativo, o funcionário EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível PL-26, de Contador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Art. 2º - designar, EMERENTINO DA CRUZ PACCA, ocupante do cargo de nível PL-20, de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para as funções referidas no Art. 1º percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de junho de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 408/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E

Art. 1º revogar o Decreto Legislativo nº 345/75, de 16 de maio de 1975.

Art. 2º - Fica autorizado o Diretor Geral a contratar nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, para prestarem serviços na instalação e manutenção dos equipamentos de som e imagem desta Casa, os seguintes técnicos: JORGE RICARDO KRAWCYNK e ADMIR BORCK com salários de 3.000,00 (três mil cruzeiros) e Cr\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos cruzeiros) respectivamente, a partir de 1º de outubro de 1974

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de junho de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário